

“Cancelando” o cuier

Larissa Pelúcio¹

Tiago Duque²

Resumo: Neste artigo, o “cancelamento” é acionado como metáfora que nos ajuda a pensar nas formas de ação política por meio da qual a presunção de superioridade moral assentada em uma espécie de verdade/pureza/marca identitária passou a desautorizar falas públicas de pesquisadoras(es) por meio da desmoralização não de suas ideais ou teorias, mas dos “privilégios” que lhes eram atribuídos. Por fim, propomo-nos a pensar o *cuier* como aliança e teoria de combate às armadilhas identitárias. Insistimos no seu potencial contestador e na sua capacidade teórica de oferecer ferramentas conceituais para a ação tanto quanto para a reflexão contra violências naturalizadas.

Palavras-chave: cancelamento, estudos *cuier*, lugar de fala, governo Bolsonaro, politicamente correto.

Queer call-out

Abstract: *In this paper “call out” is triggered as a metaphor that helps us to think about the forms of political action through which the presumption of moral superiority based on a kind of truth/purity/identity mark came to disallow public speaking by researchers(s) through the demoralization not of their ideals or theories and research results, but of the “privileges” that were attributed to them and that*

1 Departamento de Ciências Humanas, UNESP – Bauru – Brasil - larissa.pelucio@unesp.br

2 Programa de Pós-graduação em Educação do Campus Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Corumbá - Brasil - tiago.duque@ufms.br

could be read in their bodies. Finally, we propose to think of the cuier as an alliance and theory to combat identity traps. We insist on its potential contestation and its theoretical capacity to offer conceptual tools for action as well as for reflection against naturalized violence.

Keywords: *call out; queer studies, place of speech, Bolsonaro government, politically correct.*

As palavras falham. Como definir uma experiência coletiva, que diz respeito a todo um país, mas que não encontramos palavras para produzir sentidos compartilhados? (Bento, 2019).

“É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do *politicamente correto*”³. Na praça, em frente ao Palácio do Planalto, a multidão aplaudiu o recém empossado presidente do Brasil. As pessoas “de bem”, ali reunidas, gritaram “WhatsApp”, “Facebook” em sincero louvor, referindo-se à “liberdade”. Exaltavam o direito de falar o que bem quisessem emitindo suas opiniões, chamadas por detratores de “discursos de ódio”. Pelos aplicativos e plataformas de comunicação ovacionadas pela massa presente na cerimônia de posse, era possível ressignificar os termos numa espécie de *novi-lingue*, como aconteceu em 1984, romance de George Orwell (2003 [1949]).

No romance distópico, o “Ministério da Verdade”, mais do que inventar novas palavras, as destruiu. “Às dezenas, às centenas, todos os dias. Estamos reduzindo a língua à expressão mais simples” (Orwell, 2003: 51). Uma espécie de ministério dos “memes”. O é feito para fazer rir, mas sua origem é mais sisuda: a sociobiologia⁴.

O meme agora é visto não somente como um conceito científico de base evolucionista, mas também como a nomeação de um modo recorrente de inter-relação entre sujeitos, textos/enunciados e práticas sociais, ou seja, como um gênero discursivo. E como tal, o meme, ao encontro das ideias

3 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/vamos-libertar-povo-do-socialismo-do-politicamente-correto-diz-bolsonaro-23339518>>. Acesso: 17 abr. 2020.

4 Essa definição tem inspiração no livro “O gene egoísta”, publicado em 1976, pelo biólogo Richard Dawkins, que popularizou a ideia de que a seleção natural se dá diante dos genes – eles buscariam a sobrevivência, isto é, a sua replicação, por meio de corpos capazes de sobreviver e reproduzir. Para este cientista, a cultura também se espalha como os genes. Por isso, no campo da *internet*, o meme pode ser entendido como aquilo que se espalha de forma viral.

de Davison (2009), seria definido como um texto sucinto de cunho humorístico e de caráter verbo-visual que, mobilizando um *remix* cultural, ganha difusão online (Ferreira; Vasconcelos, 2019: 45).

O meme, alçado durante a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, à qualidade de texto político, nos ajudam a entender como a *cultura pop* se encontrou com a política em um casamento improvável, mas que veio se tornando cada vez mais corrente como discute Luís Mauro Sá Martino (2009: 153), quando mostra como:

A política, cada vez mais, vem aprendendo a falar a linguagem do entretenimento para se comunicar com um público que nasceu e cresceu no ambiente das mídias, cercados de filmes, séries de tv, música e literatura circulando por diversas plataformas. Nas últimas décadas, alguns setores da política vêm aprendendo a falar com os receptores usando códigos e referências familiares – majoritariamente, referências culturais em circulação no ambiente da mídia. A linguagem dos *reality shows*, das telenovelas, dos programas de auditório e dos *youtubers* é parte do universo do público.

Daí as palavras de ordem que reverberaram no dia da posse de Bolsonaro remeterem a nomes de plataformas de comunicação digital, nas quais textos são enxutos e pode-se (re)produzi-los baseando-se somente em opiniões e convicções, sem necessidade de respaldá-las em fatos, difundindo-os de forma simples e rápida, mas engraçadas, divertidas e eficientes.

Os gritos que vieram do público que acompanhava a cerimônia ovacionava o empossado, o *Facebook* e o *WhatsApp*, em um cenário tão distópico quanto desafiador que entronavam o populismo digital no Brasil e abriam espaço para a “tirania do óbvio” (Deslandes, 2019). O conforto psíquico dos discursos do óbvio, opera com a afirmação linear de crenças e opiniões dominantes, desqualificando elaborações teóricas que demandem reflexão e crítica. Eficientes e perigosas, as falas de Bolsonaro fizeram da opinião verdades, o que nos ajudam a entender o antiintelectualismo de seu governo que precisou desacreditar as pesquisas científicas, principalmente as das Ciências Humanas, para justificar o desmonte dos direitos recém adquiridos por minorias políticas no Brasil.

A linguagem é um ato com consequências. Esvaziar o vocabulário democrático, confundir esses termos, deformar sentidos, como no romance distópico de Orwell, é uma técnica conhecida de manipulação que Jason Stanley (2018) associa ao fascismo. Analisar fenômenos contemporâneos com um vocabulário do passado não é sociologicamente indicado, mas é tentador como metáfora que

nos ajuda a dar sentido a essas novidades para quais ainda buscamos conceitos mais afiados. Ao contrário dos fascistas históricos, o governo que acabava de tomar posse naquele 1º de janeiro de 2019, defendia o estado mínimo (“acabar com o gigantismo de Estado”) e a extensão da cidadania aos segmentos mais vulneráveis socialmente (“o politicamente correto”).

Em fevereiro de 2017, ainda como deputado/candidato à presidência, Jair Bolsonaro disse, em discurso em praça pública, que “as minorias” teriam de “se curvar às maiorias”. Naquele momento ele mostrava que tinha entendido bem os processos de transformação pela qual a sociedade brasileira vinha passando. Pelo *Whatsapp*, *Facebook* e *YouTube* sua campanha centrou-se na agenda anti-gênero e de ataques às políticas de promoção de direitos sexuais. A mensagem reforçava um sentimento vago, mas presente entre parte do eleitorado: mulheres, gays, lésbicas, transexuais, travestis, negras, negros e pobres estavam, imerecidamente, gozando no lugar dos “bons cidadãos”. A luta pelas políticas das diferenças foi capturada pelos setores conservadores. Porém, é preciso que nos interroguemos qual foi a contribuição de setores favoráveis a essa luta para a polarização política que elegeu Bolsonaro.

Não queremos confundir nossas vozes com quem grita “mito”⁵, invocando Deus como uma espécie de cúmplice capaz de abençoar necropolíticas (Mbembe, 2018), ao contrário, nosso intuito aqui é pensarmos juntas(os) nos (des)caminhos que nos levaram até a cena presidencial descrita no início desse texto, nos sugando para um sumidouro de diretos, que fez do ano de 2019 um momento de desmonte do Estado e de acirramento de (des)afetos. Fazemos essa discussão com base no queer/cuier⁶ como conjunto crítico e heterogêneo de ideais que procuram desafiar naturalizações relativas às sexualidades, gêneros e identidades. Desde suas origens, o queer pretendeu-se antiasimilacionista, criando indisposições entre ativistas, como podemos recuperar no texto seminal de Joshua Gamson (2002).

O cenário é Brasil contemporâneo, no qual práticas agressivas para a promoção de silenciamentos foram articuladas pela oposição contra o

5 “Mito” tem sido a maneira como seguidores(as) e eleitores(as) do presidente o trata, tanto em manifestações coletivas de apoio a ele como em referências individuais postadas nas redes sociais.

6 Optamos por grafar “queer” para referimo-nos às contribuições internacionais para a formação do pensamento “cuier” nacional, tomando em conta que no campo heterogêneo dessa vertente crítica do pensamento social existem variações e apropriações marcadas por cenários locais. A intraduzibilidade do termo fez com que mantivéssemos, no Brasil, assim como em outros países latino-americanos (ou espanofalantes) o termo anglo-saxão, latinizando sua pronuncia, o que, como já foi discutido por diferentes autoras/es (Lugarinho, 2001; Ochoa, 2004; Ríos, 2011; San Martín, 2011; Pereira, 2012; Pelúcio, 2014; Rea; Amancio, 2018) não se tratou apenas de uma adaptação fonética, mas também teórica.

“politicamente correto” vocacionados pela extrema-direita, mas também por ativismos que transformaram demandas de igualdade em vigilância comportamental e linguística, apropriando-se do “lugar de fala”, como uma espécie de mordada moral.

No cenário que queremos discutir vamos ter de olhar um pouco mais atrás, considerando que o passado nunca está definitivamente acabado. As releituras que queremos sugerir são apenas uma das tantas possíveis, e vêm informadas por nossas adesões teóricas, inspiradas em pesquisas produzidas por diferentes fontes e por nossa próprio corpo-memória. Não se trata aqui de agudizar polarizações, senão fazer justamente o que o *queer/cuier* tem feito desde que se constituiu como campo crítico para o pensamento social: provocar questionamentos incômodos.

Feitas essas pontuações, propomos a analisar práticas agressivas e, mesmo, violentas na arena da política sexual e luta por direitos humanos que atingiram o campo dos estudos de gênero e sexualidade, sobretudo aqueles produzidos nos contextos das ciências sociais e sociais aplicadas. Iniciamos discutindo o “politicamente correto” como conceito disputado; suas apropriações à direita e de como essa captura expressa insatisfações de uma “maioria” moral em relação às políticas empreendida pelos governos petistas (do Partido dos Trabalhadores) na primeira década deste milênio. Passamos em seguida a analisar a cena acadêmica cuier que vinha se desenrolando em paralelo às reações conservadoras recém mencionadas. Voltamos nosso corpo-memória para os eventos acadêmicos nos quais ativistas e acadêmicos(as) acionaram a locução “lugar de fala” como mote moral legítimo para a promoção de silenciamentos contra pesquisadoras(es) do campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça. O “cancelamento” será discutido na seção seguinte, na qual procuramos definir essa prática comercial (suspender um serviço) que passou a se confundir com ação política *online* contra indivíduos. Fazemos, então, uma analogia entre o “cancelamento”, o escracho e tentativas de silenciamentos que se deram on e off-line, visando pensadoras(es) filiadas(os) aos estudos feministas, de gênero, sexualidade, raça e cuier.

Por fim, propomo-nos a pensar o cuier como aliança e teoria de combate às armadilhas identitárias. Insistimos no seu potencial contestador e na sua capacidade teórica de oferecer ferramentas conceituais para a ação tanto quanto para a reflexão contra violências naturalizadas. Não se trata de proposições programáticas, mas de questionamentos pontuados por interrogações sobre as potências dos estudos cuier para pensarmos criticamente as mudanças recentes pelas quais tem passado sociedade brasileira.

Trava língua

Não mudamos inteiramente nossa compreensão do mundo se não mudamos, pelo menos, e de algum modo, a forma de nos referirmos a ele (Morato; Bentes, 2017: 21)

“É O travesti”, advertiu a travesti, marcando o artigo com uma pausa sonora. A correção foi feita durante uma entrevista concedida a Larissa Pelúcio, em 2003. A entrevistada justificou o uso do artigo masculino valendo-se da erudição do *Aurélio*, o dicionário. Em seguida, buscou entre seus livros um que tinha justamente esse título: *O travesti*, um romance de 1987, escrito pela controversa Adelaide Carraro. Ela queria ajudar a pesquisadora a compreender o que era ser travesti, por isso fez aquela observação. Não foi a única. As palavras falam também de um tempo histórico. Dois anos mais tarde, durante um evento da Sociedade Brasileira de Sociologia, Hélio Silva⁷, antropólogo que pioneiramente fez uma etnografia sobre a vida de travestis cariocas, era recusado como fonte por algumas/alguns estudantes de pós-graduação ali presentes, justamente porque não flexionava no feminino artigos e adjetivos para se referir às interlocutoras de sua pesquisa.

Com frequência cada vez maior, via-se em fóruns acadêmicos cobranças linguísticas feitas por estudantes, em diferentes níveis de formação, que recusavam um autor/autora pelo uso de termos que tinham outro valor semântico no momento em que aquelas e aqueles escreveram. Houve também os que exigiam que decanos das áreas científicas mais diversas dominassem um vocabulário especializado e bastante novo como aquele que passamos a cunhar para falar de gênero e sexualidade por meio dos estudos queer e cuier. As mesmas exigências também caíram sobre funcionários(as) públicos(as) das mais diversas frentes de atuação que nem sempre estavam afiados(as) ao vocabulário do “politicamente correto”, mas atendiam, acolhiam e minimizavam danos e riscos a setores da população mais vulnerável.

Novos termos começavam a aparecer vindo da academia, dos movimentos sociais identitários e da apropriação/tradução de anglicismos que chegavam cada vez mais por meio da *internet* (ainda discada, cara, sem portabilidade e pouco interativa). Heteronormatividade, homofobia, heterossexualidade

7 O livro publicado em 1993 com o título *Travesti, a Invenção do Feminino* (Relume-Dumará), resultou da dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ em 1992, sob orientação de Rubem César Fernandes, defendida com o título *Lapa dos travestis*.

compulsória, binarismos, pessoas trans, travestilidades, cisgeneridade, interseccionalidade, são alguns desses termos que passaram a circular em diferentes arenas, muitas vezes, perdendo seu referente conceitual associado a discussões fomentadas pelos estudos feministas e queer/cuier para serem incorporados e reverberados, no final da primeira década do milênio, ao vocabulário político das redes sociais digitais. As “novas plataformas digitais de interação social foram incorporadas, modificadas e resignificadas nos usos políticos e sociais das mesmas” (Carvalho, 2017:347) o que, como observa Mário Carvalho, abriu um campo de enfrentamentos que “transformou ‘potenciais aliadas/os’ em ‘inimigas/os’ ou ‘adversárias/os’ na luta política” (Idem, ibidem:348).

Interromper a fala para corrigir colegas que faziam um “mal-uso” do bom gênero parecia atribuir a quem fazia a retificação uma espécie de domínio semântico mais elevado, o que sugeria uma espécie de capacidade moral para portar a palavra. Acusar palestrantes de serem racistas, sexistas, machistas tornou-se prática feroz, raramente educativa. O “cancelamento”, uma metáfora analógica do fenômeno digital que discutiremos mais adiante, começava a ser *off-line* por meio dessas práticas que desacreditavam todo um discurso a partir do momento que quem o proferia “falhava” no domínio de um campo semântico que mal começara a ser articulado.

O que acabamos assistindo foi a promoção de higienismos verbais (Cameron, 2003)⁸, ainda que, em boa medida, todas sejamos guardiãs de uma certa norma de linguagem. Dentro mesmo dos *fronts* de resistências⁹ foi se configurando todo um movimento vigilante, perigosamente higienizador que apostou mais nos ataques internos que no enfrentamento às vozes conservadoras que vieram se avolumando de forma cada vez mais audível por meio das controversas *Jornadas de Junho* de 2013.

No início dos anos 2000, a politização das questões de gênero e sexualidade estavam começando a ganhar mais relevo e visibilidade no Brasil. Estávamos, há menos de 20 anos atrás cunhando um novo vocabulário que desafiava a gramática disponível para falar de gênero e sexualidade, dando-nos conta que ela era ortopedicamente binária, essencialista e sexista. Não estávamos propriamente em busca de termos “politicamente corretos”, mas de politicamente abrangentes, menos excludentes. Por isso, nossa aposta teórica é no “politicamente potente”,

8 Vale registrar que Deborah Cameron não é contrária à linguagem politicamente correta e não a entende como mais reguladora do que outros mecanismos normativos próprios de toda e qualquer linguagem.

9 Nos referimos a espaços de acadêmicos como eventos, fóruns de debates, coletivos, grupos de pesquisa, mas também a reuniões, encontros e atos de rua de movimentos sociais diversos, especificamente aqui os que lutam por direitos sexuais, igualdade de gênero e questões raciais.

o que nos parece epistemologicamente mais coerente com nossas adesões cuier. Pretendemos assim desviar da ilusão binárias de que haveria uma escolha simples a se fazer entre “correto” *versus* “incorreto”.

A explosão discursiva das sexualidades (Borba, 2015) que vivenciamos nas primeiras décadas deste milênio, deflagrou toda uma “guerrilha linguística” (Cameron, 2003), mobilizou afetos tanto à direita quanto à esquerda (referimo-nos à espectros de filiação política mais conservadores e mesmo aqueles mais afeitos às transformações no plano cultural e social). As disputas linguísticas se deram em muitos níveis, muito além das regulações governamentais, expressando-se de forma sensível em fóruns acadêmicos, ativistas e nas redes sociais digitais. Carvalho (2017), acompanhando a dinâmica *on-line* de ativistas LGBT-Ts e feministas nas redes sociais digitais, sobretudo *Facebook*, registra “o constante recurso a noções como ‘interseccionalidade’, ‘subalternidade’, ‘lugar de fala’, ‘queer’, entre outras categorias cujos sentidos são produzidos, reproduzidos e transformados em trocas político-acadêmicas” (idem, *Ibidem*: 354).

Esse trânsito/tráfico de um novo vocabulário passou a minar o campo de interlocução entre academia e movimento social. A vigília linguística intensificou-se. Mais que “pedagogizar”, o movimento foi de escrachar e, assim, desautorizar falas com base no entrenchamento identitário que supunha que a linguagem era transparente. Reforçaram-se binarismos como quem cava fossos: cisgênero-transsexual; preta-branca; gente privilegiada-gente subalternizada; quem pesquisa-quem vive na carne; teoria-experiência.

Tratou-se também da adoção de uma linguagem violenta para combater violências, recurso usado inclusive para atacar e/ou silenciar potenciais aliadas(os), como observou Carvalho. Vamos discutir essas experiências a seguir com base em nossas próprias vivências.

Curto e grosso

Diversidade não é divisão.

É pluralismo, é criatividade. Quanto mais diferente, melhor.

Somos pelo show pirotécnico! Pela esculhambação organizada!” (McRae, 2011: 23)

A história que vamos contar aqui terá de ser curta, mas deixamos referências para uma bibliografia importante que vem registrando a chegada do queer no Brasil. A ideia central nesta seção é traçar fios históricos pensando em esgarçamentos, nós, tessituras e remendos. Tomamos dois momentos como

emblemáticos para montar essa colcha de memórias: O *I Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste*, em 2004, na cidade de Campinas (SP) e o *III Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, ocorrido em 2017, em Campina Grande (PB). Esses dois pontos funcionam como balizas temporais e, sim, são escolhas arbitrárias, mas não aleatórias.

A possibilidade de reunir travestis da região sudeste era algo que deixou a militância do *Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual*¹⁰ eufórica, considerando os desafios enfrentados até então para a aproximação e a mobilização de travestis e transexuais (naquele momento, ainda sem a experiência de homens trans). Tiago Duque lembra-se do quanto, durante o trabalho de campo de prevenção às DST (hoje IST)/Aids nas ruas escuras da cidade, os militantes gays se aproximavam em grande número das travestis e elas, com medo, corriam. Até que os gays entenderam que poderiam ir em menor número, que não havia o perigo imaginado na madrugada, e as travestis começaram a não temer os poucos homens bichas ativistas que buscavam conhece-las melhor; aprender com elas sobre formas de resistência na noite e também minimizar os seus contextos de vulnerabilidade, seja disponibilizando insumos de prevenção, seja orientando-as sobre direitos, assim como chamando-as para atividades semanais do grupo. O vínculo para a realização do *I Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste* começou assim, com a perda do medo dos(as) gays e das travestis uns(umas) com os(as) outros(as).

No evento, participaram acadêmicos(as) e gestores(as), além de ativistas gays, lésbicas e bissexuais, mas o protagonismo foi das travestis e transexuais. Tiago Duque, Larissa Pelúcio e Willian Siqueira Peres¹¹ eram alguns dos pesquisadores(as), em diferentes momentos de suas formações, que estavam presentes acompanhando as discussões. Diante da realidade discutida, parte das demandas, de travestis e transexuais, naquele momento histórico, era por mais estudos acadêmicos sobre suas próprias experiências. Ainda *não se*

10 O *Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual*, e outros grupos ativistas na cidade de Campinas, foi estudado por Zanoli (2015). Em 2004, segundo ele, o *Identidade* ainda não tinha passado pela experiência de “radicalização” – decrescente relação com o Estado e o abandono da realização de projetos com financiamento público.

11 Tiago Duque era membro do *Identidade* e desenvolvia o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) sobre questões identitárias e o uso de silicone líquido (industrial) por travestis; Larissa Pelúcio iniciava seu doutorado na Universidade Federal de São Carlos com o projeto *Travestis e o Modelo Oficial Preventivo de Aids*; Willian Peres estava a um ano de defender sua tese de doutorado no Instituto de Medicina Social (UERJ) com o título *Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*.

cogitava a realização de estudos por travestis e transexuais sobre travestis e transexuais, pois a demanda ainda era para que se garantisse a permanência na escola, na educação básica. O ensino superior ainda era uma realidade distante para aquelas pessoas, o que não impedia a reivindicação de pesquisas com a temática travesti e transexual. O tempo passou, de lá para cá, a busca pelo direito ao conhecimento científico também. Entre mudanças e permanências, sabemos que persistem contextos de vulnerabilidade para muitas travestis e transexuais.

O que queremos sublinhar é que em 2004, pesquisas sobre travestis e transexuais eram uma reivindicação vinda por parte delas, independente de acadêmicos(as) também ter esse interesse, elas, reunidas nesse primeiro encontro da região sudeste, apostavam que o conhecimento contribuiria para a melhor compreensão e análise das suas próprias vulnerabilidades e modos de resistências. Via de regra, pesquisadoras(es) envolvidas(os) com o tema não separavam política e ciência. Sobre isso, Berenice Bento escreveu:

De tudo que já li e estudei sobre trabalho de campo e pesquisa, nunca vi algo tão marcante para as subjetividades dos/as pesquisadores/as como aquela realizada entre travestis e transexuais. São muitos os relatos de pesquisadoras/es que passaram a fazer política devido ao trabalho científico. Historicamente, o movimento é inverso. Fazer ciência já está em boa parte condicionada por uma posição política pretérita, sejam feministas, questões raciais e da diversidade sexual. Mulheres pesquisando as assimetrias de gênero, negros estudando questões raciais. Neste campo, observa-se o contrário (2011: 85-86).

Essa perspectiva viria a ser desafiada (e mesmo atacada) em uma mesa de debates no evento organizado por Leandro Colling e Djalma Thüler, o *Stonewall 40+ e o que no Brasil*¹². Bento, Wilton Garcia, Fernando Seffner e Milena Brito (mediadora da mesa) foram chamados por um ícone do movimento Gay do Brasil de “racistas e homofóbicos”. A reação da plateia parecia favorável à mesa, mas nem por isso era alentadora, pois deu-se uma grande vaia ao militante. As tensões “identitários” x “cuier” se colocavam ali na forma de gritos e vaias¹³.

Nessa itinerância do corpo-memória, vamos riscando linhas pelo mapa dos eventos, no esforço de desenhar uma cronologia que nos ajude a pensar criticamente nossa própria história. De Campinas a Campina Grande, precisamos

12 O livro fruto das mesas-redondas deste encontro está disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2260>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

13 Para uma discussão sobre os artigos que compõem a citada coletânea ver Duque (2013).

passar por Natal e Salvador, onde aconteceram o *Desfazendo Gênero I e II*, respectivamente. O *Desfazendo* nasceu em uma mesa de bar em Florianópolis, no ano de 2010, depois que um grupo de pesquisadoras(es) da área de gênero e sexualidade assistiram a palestra *Ser, mas não ser, eis a questão* do antropólogo e, então, deputado, português Miguel Vale de Almeida, durante a conferência de encerramento do 9 *Seminário Internacional Fazendo Gênero*.

O problema persistente do essencialismo estratégico, na qual [o antropólogo] defendia uma questionável distinção entre reflexão crítica e ação política. Sua fala terminou por apresentar o caminho liberal-identitário como inevitável, reduzindo a crítica a um papel futuro de transformação cultural mais profundo (Miskolci, 2010: 49).

As colocações de Vale de Almeida haviam provocado incomodo entre quem se filiava à perspectiva *queer*. No calor do debate, depois de dias de discussões nos diferentes fóruns do evento, Berenice Bento arremata aquela conversar de bar dizendo que talvez fosse hora de começarmos a “desfazer o gênero”, *queerizar* o campo. Nascia ali o *Desfazendo Gênero* e, em 2013 a sua primeira edição se materializava em Natal (RN). Seguindo a ideia gestada ali na mesa de bar, os *Desfazendo* deveriam ser sempre no Nordeste e Norte do país, deslocando o eixo sul-sudeste, até então hegemônico na produção científica nacional¹⁴. Eles, como outros eventos que citaremos, também desloca seus(as) organizadores(as) e convidados(as) do lugar protegido e confortável que muitos(as) pesquisadores(as) insistem em reivindicar, o da “neutralidade”, uma espécie de vestígio positivista que desqualifica a pesquisa engajada teórica-politicamente. Esse último deslocamento, entre muitos efeitos que produziu, em vários casos, tornaram ambientes acadêmicos hostis e desqualificadores a produção dos(as) pesquisadores(as) comprometidos(as) com os eventos aqui citados.

Anos antes, em 2005, Bento, então recém doutora em Sociologia e Luiz Mello, professor de Sociologia na Universidade Federal de Goiás, haviam conseguido abrir espaço para as pesquisas sobre sexualidade no *XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia* (SBS), em Belo Horizonte (MG). Os dois coordenaram o Grupo de Trabalho “Sexualidades, corporalidades e Transgressões”, um espaço importante e pioneiro para esses temas na história da SBS. Por ironia, acaso ou burla, a sala que coube àquela primeira edição do GT foi a 24. As duas autoras

14 Resultou das mesas-redondas apresentadas no evento o livro *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*, lançado pela Edufrn, e organizado por Berenice Bento e Vladimir Félix (2015).

deste artigo, juntamente com outros(as) pesquisadores(as), puderam participar desse espaço rico, de sala lotada, que marcou a produção científica interdisciplinar das Ciências Sociais no Brasil sobre gênero e sexualidade naquele momento.

Em 2015, dois anos depois, do *I Desfazendo*, a segunda edição do evento conheceria seu ápice (até o momento, sejamos justas com o tempo) em Salvador, tendo como convidada de destaque Judith Butler. A organização do evento esteve a cargo de Leandro Colling e Djalma Thürler, ambos professores da Universidade Federal da Bahia.

De Salvador, Butler voou para São Paulo. Integrava, também com destaque a programação do *Seminário Queer*. O auditório do Sesc Vila Mariana, onde o evento ocorreu, esteve lotado nos dois dias. O evento também era acompanhado por uma multidão via redes sociais, com transmissão ao vivo. Corpos transgressivos e a estética fechativa do público contrastava com a arquitetura sisuda, ainda que bela, da área destinadas às palestras. Butler era esperada por todas, incluindo a imprensa e um conjunto de pessoas contrárias às suas ideias, ou o que entendiam como sendo suas ideias, prontas para o protesto em frente ao prédio do Sesc. Lá dentro, ninguém pareceu tomar como ameaça o que se dava na calçada, onde cartazes demonizavam Butler.

Enfim, o *III Desfazendo Gênero*. O evento foi organizado por Jussara Costa, professora da Universidade Estadual da Paraíba. De fato, tratou-se de um trabalho coletivo, coordenado por ela, envolvendo mulheres do santo (de religiões de matriz africanas), populações indígenas, trabalhadoras do campo e umas duas dezenas de estudantes que por quase um ano trabalharam para organizar o evento. Naquele momento, Dilma Rousseff já havia sido deposta e a palavra de ordem era “Fora Temer”, mas parecíamos muito distantes do cenário conservador descrito no início deste artigo. Ao contrário, respirava-se um clima de multiplicidade, pluralidade e transgressividade. Aparentemente estávamos juntas ali para continuar pensando no país, nas políticas de gênero, na democracia sexual, na produção artística e cultural nacional, que vinha sendo perseguida por grupos organizados, como o MBL (Movimento Brasil Livre), mas, na plenária final, momento em que o evento foi avaliado pelo público, as cisões e acusações apareceram de forma contundente contra a comissão de organização do evento e algumas palestrantes.

Larissa Pelúcio, em sua fala durante a mesa-redonda *O queer que vemos por aqui*¹⁵ fez um balanço daquele momento do cuier, sublinhando a necessidade

15 A mesa-redonda contou com as palestras de Jorge Leite Jr. (UFSCar), a ativista trans, escritora e doutora em Letras pela Unicamp, Amara Moira, e o ativista cultural e diretor André Costa Pinto e a coordenação

de alianças queer capazes de enfrentar a onda conservadora que se avolumava desde 2013, depois das controversas *Jornadas de Junho*. Avaliava a professora que, em meados de 2017 não estávamos mais:

Naquele momento purpurinado, potentemente transgressor do *I Desfazendo Gênero*, [...]. O queer, há pouco menos de cinco anos atrás, estava nos provocando profundamente. A gente lia, produzia, se apropriava de um vocabulário novo, inventava em cima dele, olhava para nossa realidade local, via conquistas e queríamos mais, colocamos peitos nas ruas, escrevemos cu em cartazes e em texto acadêmicos, tinha uma tensão produtiva atravessando a cena, mas também começamos a nos deparar com discursos autoritários vindos de setores libertários. “Você não pode falar”, “Aquele mulher cis hetero”, “o pesquisador branco”, “homem não pode ser feminista”, “Trans não é mulher, por isso não conhece opressão de gênero”.... O clima pesou nas redes sociais digitais, fez-se o tribunal do Facebook (Pelúcio, 2017, s/p).

O apelo final da fala da pesquisadora inspirava-se nas palavras de Butler, em *Bodies in Alliance and the Politics of the Street* (2011), traduzido para o português como *Corpos em aliança e a política das ruas*. Ali ela lembra que o queer, o cuier, como o cu, não é binário, “não designa identidade, mas aliança, é um bom termo para ser invocado quando fazemos alianças difíceis e imprevisíveis na luta por justiça social, política e econômica” (Butler, 2018: 79). De fato, ali, aprofundaram-se dicotomias, em uma história tão recente quanto dolorida, sobre a qual estamos justamente tentando refletir, uma vez que entre 2017 e 2020 (momento de produção desse texto), assistimos o recrudescimento conservador no país; testemunhamos necrobiopolíticas (Bento, 2018)¹⁶ e vimos discursos de ódio serem insuflados. Estes, lamentavelmente, foram democraticamente articulados e acionados, não raro de forma autoritária, também por setores que se auto reconheciam como libertários.

As redes sociais digitais ovacionadas pelos(as) entusiastas do governo de Bolsonaro serviram também de palco para linchamentos, silenciamentos, apagamentos e “cancelamentos” de possíveis parceiras(os) e aliados(as). Esgarçando a rede de pessoas que tinham mais convergências políticas que o contrário,

de José Batista Neto, professor da UFPB.

16 Bento define necrobiopoder como “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte por meio de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (Bento, 2018, s.p.).

uma vez que estávamos lutando para resistir às ameaças à democracia sexual ainda em construção.

A crença de que se pode fazer política de forma voluntarista e individualizada por meio de plataformas digitais comerciais tem marcado parte de uma geração. O empreendedorismo moral dos “cancelamentos” aposta que é possível prover mudança social por meio de “*deslike*”, punindo os mal comportamentos de “*influencers*”, provocando o paradoxal efeito de dar visibilidade para quem desejam apagar.

No fluxo on/off-line, no pouco glamouroso mundo dos eventos acadêmicos, também vivemos nossos “cancelamentos”.

Cala-te ou cancelo-te

Cancelar

verbo transitivo direto

eliminar ou riscar (o que está escrito) para tornar sem efeito.

cancelamento

substantivo masculino ato ou efeito de cancelar; canceladura.

(Dicio, Dicionário Online de Português)

O “cancelamento” é definido como prática contemporânea na qual ações individuais praticadas em rede e nas redes digitais pretendem ter força de mobilização massiva transformadora de comportamentos. É interessante que o termo, antes utilizado para desfazer vínculos comerciais entre consumidoras(es) e empresas agora seja utilizado para punir pessoas. Nós estendemos o “cancelamento” para ambientes *off-line*, acionando-o aqui como metáfora que nos ajudam a pensar nas formas de ação política por meio da qual a presunção de superioridade moral assentada em uma espécie de verdade/pureza/marca identitária passou a desautorizar de falas públicas de pesquisadoras.es por meio da desmoralização não de suas ideais ou teorias, mas dos “privilégios” que lhes eram atribuídos. “Privilégios” estes que podiam ser lidos nos sinais diacríticos do corpo, mas, sobretudo, no lugar que aquele corpo ocupava nos eventos. Disputava-se visibilidade/reconhecimento, mais que ideais.

A primeira vez que vimos Judith Butler ser destratada não foi em 2017 em frente ao Sesc Pompéia ou no aeroporto de Congonhas¹⁷, mas em um evento

17 Em 10 de novembro de 2017, depois de palestrar em São Paulo no evento do Sesc que suscitou protestos e na Universidade Federal Paulista (Unifesp), Judith Butler foi atacada por uma mulher que carregava uma placa e a chamava de pedófila. Butler foi defendida por sua companheira Wendy Brown e pela artista

acadêmico da área de gênero e sexualidade no nordeste do país. Estávamos no *II Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, em Salvador, no ano de 2015. Diante de um auditório lotado, uma ativista subiu ao palco para compor a roda de palestras daquela noite, olhou para a Butler que estava sentada nas primeiras fileiras daquele salão e disse que vivia no corpo aquilo que Butler só vivia na teoria. Foi ovacionada por uma plateia acadêmica e militante. Em seguida, seu discurso baseou-se, em grande parte, nas propostas teóricas da pensadora queer, ainda que não a tenha mais citado.

Butler, uma mulher miúda e discreta nos seus modos, bastante masculina na forma de se vestir, judia e, por isso, envolvida em questões raciais que a colocaram em conflito com Israel, dada sua posição pró-Palestina, estava ali entre acuada e desentendida. A filósofa não teve a completa tradução daquele olhar desafiador e tampouco das palavras que convocavam a plateia a um tipo *off-line* de “cancelamento” de Butler. Não de suas ideias, não de sua teoria, mas de seu corpo. Um corpo apontado como ilegítimo para produzir uma teoria que desafia a norma heterossexual.

As palmas longas e ruidosas poderiam ser metaforicamente comparadas aos “*deslikes*” e “*des-inscrições*” que se tornaram tão comuns nos meios digitais. O que se aplaudia naquele momento? A ativista? O corpo trans dela? Sua história de militância? Não saberíamos dizer. O que avaliamos é que a aprovação sonora veio forte quando ela, de alguma forma, deslegitimou Judith Butler, a figura de Butler, seu corpo, como um corpo que não poderia falar daquilo sobre qual escreve. Ninguém poderia representá-la legitimamente se não tivesse o mesmo corpo. Ter o mesmo corpo, mesmo como metáfora, não implica em ter as mesmas ideias, isso já sabemos.

Na mesma palestra em que Butler foi acusada de não ter um corpo-experiência, ainda que tivesse um corpo teórico, um rapaz transexual, sentado bem à frente do palco protestou com sua colega que estava ali ao seu lado, contra a participação da socióloga Berenice Bento naquela roda de debates. Bento, uma das primeiras pesquisadoras a trabalhar com teoria queer/cuier no Brasil, discutiu em sua tese de doutorado, publicada em 2006, com o poder médico desafiando a patologização dos corpos trans (Bento, 2006). Ele não sabia quem era Berenice Bento e quando informado retrucou que ela não deveria estar ali porque era uma mulher cisgênera e isso, segundo seus critérios, bastava para silenciá-la,

Dano Nega que estava no local. A artista sofreu ofensas racistas da mesma mulher que tentou atingir Butler com a placa. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/judith-butler-e-agredida-ao-embarcar-no-aeroporto-de-congonhas/>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

mesmo que sua trajetória acadêmica tenha também a implicado em ativismos e resistências pela despatologização das identidades trans¹⁸.

Butler e Bento estavam sendo, em alguma medida, “canceladas”. Não como hoje se entende esse fenômeno digital, mas as interpelações que questionavam as suas reflexões e engajamentos teóricos-políticos, diziam não só que elas não tinham legitimidade para discutir o que discutiam em suas teses e textos, mas que não poderiam falar levando em consideração o corpo que tinham.

É preciso que digamos logo, pois é nossa verdade política, que respeitamos a ativista que subiu ao palco naquela noite de 2015, assim como nos solidarizamos com as demandas daquele rapaz que vinha, segundo nos disse em meio a argumentações e contra-argumentações, lutando para ter sua identidade de gênero respeitada pela academia (ele referia-se à universidade pública onde estava cursando doutorado). Reconhecemos a importância da luta das pessoas travestis e trans na universidade, como acadêmicas ou convidadas por seu reconhecido ativismo, afinal, entendemos que sim, há também uma academia pouco flexível e pouco sensível às demandas de minorias políticas, em especial, quando o tema é gênero e sexualidade.

Porém, esses afetos convergentes não anestesiam nossas percepções sociológicas sobre transformações, bem como nosso gosto antropológico em buscar no artesanal da vida histórias que falam de nós, mas que são capazes também de contar sobre processos sociais amplos. Apostamos também que seríamos, nós não-travestis e não-trans (isto é, nós cis), aliadas(os) nos processos de alargamento das “margens liberdades”, num projeto viável e exequível, por meio do qual pudéssemos acionar:

Práticas de liberdade capazes de engendrar espaços-tempos possíveis, onde as margens para que possamos negociar o que estamos fazendo de nós ou tentando fazer dos/das outros/as se tornem refletidas e, conseqüentemente, ampliadas-alargadas (Pocahy, 2016: 10)

Alargar territórios sem colonizar é um desafio de conviver, de exigentes negociações, de escutas necessárias. Exige que duvidemos de nossas verdades, que

18 Desde 2009 está em curso a Campanha Internacional pela Despatologização das Identidades Transexuais (*Stop Trans Pathologization*). Mais de 100 organizações e quatro redes internacionais estiveram engajadas na campanha pela retirada da transexualidade do DSM (Diagnostic and Statistical Manual) e do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde). As ações desta campanha “culminaram com a revisão de dois manuais diagnósticos importantes da área médica, o DSM e o CID, em que a experiência trans passa a ser entendida não mais como uma categoria presente nos transtornos mentais e sim como condição de saúde sexual e o sofrimento efeito das discriminações” (Maia, Pires, 2018, s/p). Para mais discussões ver Bento, Pelúcio (2012).

pensemos seriamente em nossos lugares de existência e resistências. Quando escrevemos “nossas verdades” e “nossos lugares”, nos referimos aos nossos ativismos, às nossas formas de fazer ciência, política e tecer existências para construirmos, coletivamente, sociedades não racistas, sem misoginia, em que haja posições simétricas entre os gêneros, nas quais homossexualidades não sejam perseguidas e os corpos trans e não-trans possam ser investidos de respeito, dignidade e potencialidades criativas.

Pensando assim, consideramos que escrevemos para um público crítico, ao qual convidamos para puxar uma cadeira ou agachar aqui com a gente em torno de uma roda para prostrar, como é da nossa tradição cabocla. Uma tradição que envolve muita escuta e paciência. O matuto, matuta e proseia. Prostrar, ainda é, ao nosso ver, e segundo os dicionários, manter-se aberta e aberto ao diálogo. Nosso queer cuirizado, sonhamos, seria matuto, astuto como os caipiras das piadas reunidas por Cornélio Pires (Corrêa, 2017).

O cuir tirava mordanças, deixava falar, inventava novos termos, politizava outros tantos. Era de uma alegria polifônica, que nos provocava a sermos provocadoras nós também. Politizamos o cuir; trouxemos para a academia outras vozes; essas vozes eram potência e nos inspiravam a, antropofagicamente, nos banquetearmos com ideias gringas. Tudo muito distante do “politicamente correto” engessado por perspectivas paternalista e tão eurocentradas. Tudo muito distante do silenciamento autoritário que se seguiu. Estávamos abrindo portei-ras, acreditávamos. E fazíamos isso juntas(os), acreditávamos. Mas aí, vieram as cancelas, e as cancelas viraram “cancelamentos”, vindos de todos os lados, com motivações e interesses variados (de aliados(as) e não aliados(as)).

O “cancelamento” é uma ação digital massiva que pretende punir por meio de “*deslikes*” ou cancelamento do cadastro do/da usuário/a em canais e sites de pessoas, empresas e mesmo eventos que tenham ofendido segmentos sociais específicos, que promovam ideias consideradas ofensivas aos valores daqueles que promovem o cancelamento ou mesmo que tenham usado termos tidos como inadequados ou contraditórios com a posição da marca comercial ou da pessoa em questão. A ação é individual e se torna massiva por via de denúncias feitas por meios digitais.

O “cancelar” é diferente do “bloquear”. O primeiro coloca em risco a própria existência das pessoas nas redes sociais, porque, conforme a especificidade das regras de cada plataforma, a pessoa pode perder contratos comerciais, tratando-se daquelas que os têm e, no limite, ser banida daquele ambiente. Já o “bloqueio”, atinge o indivíduo visado, e não necessariamente a rede de demais pessoas que constituem as relações digitais de quem foi atingida/do. “Bloquear”,

não costuma ser uma ação coletiva, além de não retirar ninguém do ambiente *online*, mas do círculo de relações que a pessoa mantém *online*. Ambos guardam em comum a ruptura do diálogo.

“Cancelar” tem relação fina com o punir, o que pressupõe que a pessoa que “cancela” teria autoridade moral para fazê-lo. Não interessa a quem “cancela” fomentar o diálogo, promover troca de ideias, nem mesmo esforços pedagogizantes, queremos dizer, educar/informar antes de apagar digitalmente aquela pessoa, convocando outras a fazê-lo ou seguindo o apelo em agir desta forma. Cria, ainda, a impressão, que por ações isoladas, ainda que massivas, podem mudar estruturas sociais.

A tentativa de “cancelar” “lugares de falas” de pessoas reconhecidas como cisgêneras ao longo de discussões de inspiração queers no Brasil não são as únicas experiências que nos ajudam a pensar como foi possível um cuier produzir inseticidas metafóricos que, em várias situações, miraram mais às margens que os centros, ainda que essas localizações apareçam, às vezes, de forma bastante problemática.

É de se supor que articular essas parcerias não foi sempre e todo o tempo algo que se fez sem embates, desgastes e erros. Aliás, é assim que se faz política, bem como ciência. “Por que fazemos política? Por que fazemos feminismo? Por que lutamos pelo reconhecimento da anterioridade da diferença na constituição do humano e que essa premissa esteja presente na agenda política?” (Bento, 2011:80-81). Muitas de nós apostamos no queer/cuier como teoria capaz de nos ajudar a articular essas respostas e, mais que isso, provocar outras questões que não costumavam ser vista como relevantes. Chegamos ao final da primeira década desse milênio com mais tensões que respostas para as perguntas elencadas anteriormente.

No ano de 2010, durante o *VIII Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual* (ENUDS)¹⁹, em Campinas (SP), estávamos, justamente, nesse esforço de articular diversas frentes, corpos e falas. Na organização do evento havia pesquisadores(as), ativistas que não passaram pelos bancos universitários e estudantes de uma das mais prestigiadas universidades públicas do país, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Havia uma tensão no ar que se misturava à alegria potente de vermos aquele espaço ocupado por tantas

19 “O ENUDS, em sua origem, trazia como pauta específica a luta contra a homofobia no movimento estudantil, acusado de considerar essa pauta ‘menor’ dentre as outras ‘mais amplas’ proposta por esse movimento. Contudo, já na segunda edição, ainda no processo de sua formação, consolida-se como um lugar para debates sobre políticas públicas e formação para jovens que estavam na universidade e tinham interesse de discutir sobre ‘diversidade sexual’” (Lima, 2018:21).

pessoas que até há pouco não consideravam que poderiam estar ali falando, propondo, discutindo.

A tensão sentida materializou-se no debate em uma das mesas, quando as falas foram interrompidas pela intervenção de feministas em protesto às palestrantes que compunham a mesa. Em todas as atividades, a composição racial e regional era bastante diversificada, mas, na mesa em questão, as feministas que a compunham eram lidas, no Brasil, comumente como brancas e estavam vinculadas a instituições mais ao sul do país. A comissão organizadora se posicionou explicando que os grupos e coletivos de militância e acadêmicos que compunham a comissão organizadora local e nacional não conseguiram garantir que pesquisadoras(es) negras(as) compusessem aquela mesa, inclusive, justificou que algumas convidadas negras não responderam ao convite ou, por perspectivas teóricas distintas das do evento ou limitações de agenda, negaram a participação. E, mais, que foram os nomes daquelas teóricas feministas brancas que garantiu que o evento se realizasse porque, devido a pressões de lideranças nacionais do movimento LGBT junto ao Governo Federal, o financiamento para a realização do evento não havia sido liberado no tempo previsto.

A perspectiva queer no Brasil, levantada por grupos e coletivos de ativismos dentro das universidades não agradava a muitas lideranças LGBT, especialmente as mais institucionalizadas e assimilacionistas em termos de direitos e pouco críticas às políticas identitárias encapsuladoras de experiências mais dissidentes em termos de gênero e sexualidade. O próprio tema do VIII ENUDS chamava a atenção para isso (“Assimilação x Transformação: políticas da subversão e ciladas dos movimentos sociais”). Essas lideranças também viam esses grupos e coletivos universitários como ameaça a conquista de verbas para “suas” ONG, que, sem dúvida, desempenhavam um trabalho importante em diferentes lugares do Brasil, que têm feito muita falta devido a escassez atual de financiamentos. Foram, portanto, os nomes daquelas feministas com histórico reconhecido internacionalmente e visibilidade nacional, que fez com que a comissão local tivesse força política para pressionar o Governo Federal a ponto de, somente em último momento, contrariando lideranças LGBT afinadas ao Governo, conseguir o apoio necessário para a realização do evento.

Esse caso, como o que trataremos a seguir, apresenta parte da cena de resistências a uma reflexão ativista em torno do tema da diversidade sexual na perspectiva queer, que enfrentou resistência de militantes/ativistas, mas que, em certa medida, também de acadêmicas(os) aliadas(os) que buscaram tentativas de “cancelamento” de feministas “cis brancas” que, historicamente, construíram possibilidades de “margens liberdades” em diferente universidades brasileiras:

Iara Beleli (pesquisadora do Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp), Sônia Corrêa (pesquisadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA), Mirian Adelman (co-coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR) e Miriam Grossi (coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS/UFSC).

Páginas depois, voltamos a 2015 e a Judith Butler, mas agora no cenário paulistano, durante o “Seminário Queer”, organizado por Richard Miskolci em parceria com a *Revista Cult e o Serviço Social do Comércio (Sesc)*, em sua unidade no bairro de Vila Mariana, também já citado anteriormente. Enquanto Butler falava a um auditório lotado (capacidade para 608 pessoas), um grupo de cerca de 70 pessoas protestava do lado de fora do prédio contra o que acreditavam ser as ideias da filósofa: querer transformar meninos em meninas, incentivar pedofilia, ser contra a heterossexualidade, estimular a homossexualidade, entre outras interpretações, digamos, apressadas, das propostas de Butler.

Lá dentro, entre preocupações e certo desprezo pelo ato lá fora, o evento seguia. No dia seguinte, o seminário se encerraria com as palestras de Richard Miskolci e Larissa Peúcio, compondo o eixo intitulado “Contra-Hegemonias – os Estudos Queer Entre os Saberes Insurgentes”²⁰. Aquela tensão já experimentada em 2010 estava ali intensificada e se fez sensível nos burburinhos de protesto diante de uma colocação de Miskolci ao comentar a obra de Gayatri Spivak (2010), *Pode o Subalterno Falar*. Disse o sociólogo respondendo uma questão colocada pelo público sobre como ele, Miskolci, enxergava a não presença de minorias políticas e sociais no evento “sem um lugar direto de fala. Como reverter tal quadro se ainda precisamos falar por eles?”. A pergunta foi bastante aplaudida pela plateia. Em sua resposta o sociólogo diz que não estava disputando ali lugar de fala com ninguém, ao contrário, ele mesmo vinha de um histórico de violências e que havia assumido academicamente um compromisso político com aqueles(as) “que sofrem. Com os corpos que são violentados e tolhidos na sua autonomia e na sua agência”. Como suas parceiras de mesa, estava ali intermediando o encontro a professora Anna Paula Vencato, ele ressaltou que falava “com os outros” e não “pelos outros”. Miskolci lembrou da importância dessas vozes somadas em uma sociedade violenta, “que nos divide, tirando nosso potencial político e intelectual”. Quando ele cita Spivak, diz que o que a autora propôs não era a impossibilidade do subalterno falar, mas de ser

20 A programação completa pode ser acionada em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9299_programacao+do+i+seminario+queer>. Acesso em: 17 abr. 2020. Os vídeos de todas as conferências podem ser acessados em: <https://www.youtube.com/results?search_query=semin%C3%A1rio+queer>. Acesso em: 17 abr. 2020.

ouvido e levado a sério. O palestrante continua dizendo que sim, os intelectuais tinham um trabalho, “o de construir um vocabulário que permita desconstruir violências, ampliar as possibilidades da gente compreender a nossa política, o lugar que a gente ocupa nela e, sobretudo, pensar em lugar que possam ser compartilhados e vividos em conjunto”.

Depois, nas redes sociais digitais, o que se orquestrou foi o “lixamento”/“cancelamento” do pesquisador, acusado de dizer que as pessoas subalternizadas não tinham vocabulário. O que não foi o que ele de fato quis dizer e que Pelúcio tentou reelaborar diante de parte de uma plateia refratária.

O Seminário passou a ser chamado jocosamente de “Cisminário”, em uma alusão ao termo cisgênero, conceito potente política e epistemologicamente, mas que naquele contexto tornara-se apenas acusatório. A organização do evento foi apontada nos meios digitais de ter feito um evento apenas com palestrantes “privilegiados(as)”, “cis brancas(os)”. Naquele cenário, a crítica esteve mais voltada aos corpos que às ideias ali proferidas. Ainda que reconheçamos que somos um corpo, que nossos corpos “na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (Prins, Meijer em entrevista a Butler, 2002: 163), acreditamos que o debate teria crescido muito se tivéssemos sido alvo de críticas ao que escrevemos, como teorizamos e como eticamente estivemos implicadas nas nossas pesquisas ao invés de apontarem para nossos corpos.

Ao invés do convite ao diálogo e ao engajamento em lutas que podiam ser coletivas, delimitaram-se monopólios de fala que definiam o poder de proferir julgamentos de superioridade moral. Ao invés de se demandar justiça social, espalhou-se a prática da denúncia e do linchamento visando - consciente ou inconscientemente - vinganças. Nossa sociedade punitivista incorporou as demandas de reconhecimento em violentas disputas identitárias (Miskolci, 2020: 40).

Diferentemente do “cancelamento” contemporâneo, as pessoas que começaram a dizer “você não pode falar” dirigindo-se a pesquisadoras(es), no contexto em que estamos tratando o tema aqui, não havia propriamente o boicote à palestra ou ao evento, ao contrário, seminários, congressos e encontros com a temática de gênero, sexualidade e estudos queer vinham tendo crescente adesão. Estar naqueles ambientes era a maneira de reivindicar o “lugar de fala” e promover o “lugar de cala”.

Acreditamos que vale uma pausa aqui para tratarmos desses conceitos, mas antes gostaríamos de registrar que ver uma universidade que se tornou mais

inclusiva, plural, popular, preta, “pintosa” e feminista nas salas de aula, nos corredores, na administração, nos eventos, foi algo que nos pareceu de uma potência transformadora sem precedentes. Apostamos ainda nessa potência, por isso mesmo precisamos rever as estratégias que temos acionado para a crítica. Certamente, silenciamentos e falas que incitam violências não nos parecem produtores, além de serem contrárias (quando não contraditórias) ao ambiente acadêmico pelo qual temos lutado.

Vimos o “lugar de fala” se tornar uma locução feroz e não uma proposição teórico-conceitual que nos ajude a pensar sociologicamente como assimetrias são constituídas e legitimadas. Djamila Ribeiro tem sido muito citada quando o tema é “lugar de fala”. Em 2017, a filósofa lançou um livro pela coleção “Feminismo Plurais” (Lançamento, MG), no qual se propõe a discutir o conceito, associando-o à “*standpoint theory*”, ou a teoria do ponto de vista feminista. Questionar quem tem podido falar, tem sido um exercício intelectual que vem sendo pensando por diferentes teóricas(os), incluindo a aguda crítica de feministas negras/não-brancas da estatura de Patricia Hill Collins, Linda Alcoff e Gaytri Spivak, autoras também citadas por Ribeiro (2017), que inclui na lista de contribuições Michel Foucault. Esse elenco de pensadoras(es) críticas(os) mostra a relação umbilical entre saber-poder; apontando-se, ainda, que os processos de enfrentamento aos silenciamentos e apagamentos não são feitos e nem se referem a posições de indivíduos, mas de coletivos. Colocam suas interrogações agudas na ferida dos cânones científicos que invisibilizaram, em nome de uma pretensa neutralidade científica, a dimensão subjetiva de quem produz conhecimento. Em nenhum momento, há nesse debate de muitas vozes um clamor anti-intelectualista ou uma desautorização à palavra assentada na ideia de identidade.

Elencar marcadores de subalternização para justificar a legitimidade da fala tem sido uma das pontas de uma faca de dois gumes cegos. Uma das extremidades aponta diretamente para uma perspectiva essencialista e cristalizada de identidade; a outra ponta tem efeito paternalista. A agência política do/da “subalternizado(a)” aparece como concessão, quase uma expiação de culpa daquelas(es) que lhes passam o microfone, e não como fruto de lutas coletivas.

Caímos, assim, no conto neoliberal do sujeito que sozinho rompe as opressões. Ideia sintetizada no desgastado termo da moda, o “empoderamento”. Distanciado de suas raízes coletivistas, que remontam ao feminismo negro e à pedagogia de Paulo Freire, passando pelo feminismo da diferença (Hamlin; Peters, 2018), o termo se associou à ideia voluntarista de que é possível “ganhar poder” por meio da livre escolha de um indivíduo autodeterminado. “Como

Mohanty argumenta, os discursos de privatização e individualização que prevalecem no neoliberalismo transformam ‘projetos sistêmicos de resistência em atos privados de rebelião comoditizados’ (Baer, 2016: 20)²¹. Apostamos no queer/cuier justamente por ser, desde sua gênese, um campo de produção intelectual que articula **coletiva** e criativamente o enfrentamento às domesticações das agendas políticas e intelectuais.

Temos que estar atentas para não deixar que a densidade da experiência seja rarefeita e se condense no monolitismo da identidade, sobretudo, quando essas servem mais ao neoliberalismo do que à rebelião. “Ser’ é muito mais problemático e contingente” (Haraway, 1995: 25). Localizar o saber não é ancorar o ser. É um ato epistemológico e político que denuncia a falácia de um conhecimento supostamente desinteressado que esconde quem o produz. Portanto, não é silenciar, mas fazer falar. Resgata, assim, a vocação perturbadora da ciência, que mais do que verdades, traz interrogações.

Donna Haraway, para quem “a ciência foi utópica e visionária desde o início”, nos lembrava, em seu muito citado “Saberes Localizados...” (1995), que são justamente por essas qualidades que “‘nós’ precisamos dela” (Idem, ibidem: 25). Pois são esses atributos do fazer científico que nos permitiram duvidar dos cânones e pensar para além dos limites do pensável (Louro, 2004).

Provocativamente, Guacira Lopes Louro, uma das pioneiras das discussões cuier no Brasil, nos convida a desafiar a ortopedias dos binarismos redutores para trafegar nas fronteiras, nas quais podemos friccionar nossos *corpus* teóricos. Estendemos esse convite a quem nos lê, apostando que essas fricções são sempre mais excitantes que os “cancelamentos”.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco, Aunt Lute Books, 1987.
- BAER, Hester. Redoing feminism: digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist Media Studies*, v. 16, n. 1, 2016, pp. 17-34. DOI: 10.1080/14680777.2015.1093070
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- _____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil? EDUFBA*, Salvador, v. 1, 2011, pp. 79-110.

21 No original: As Mohanty argues, the discourses of privatization and individualization that prevail in neoliberalism transform “systemic projects of resistance into commodified private acts of rebellion” (2013: 968).

- _____. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 1, 2018, pp. 1-16.
- _____. Brasil, ano zero. Outras Palavras Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo. Publicado 03/09/2019 às 14:37 - Atualizado 03/09/2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/brasil-ano-zero/>>. Acesso em: 17 maio 2020.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, mai. 2012, pp. 569-581. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200017/22863>>. Acesso em: 17 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>.
- BENTO, Berenice; FELIX-SILVA, Antonio Vladimir (Org.). Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo. 1. ed. Natal: Edufrn, 2015, 433p.
- BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Entrelinhas* (UNISINOS. Online), v. 9, 2015, pp. 91-107.
- BOYER, Véronique. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1999, pp. 29-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n1/v5n1a02.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- BUTLER, Judith. "Cuerpos que Importan" – *Sobre os límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires/Barcelona/México, Paidós, 2002.
- _____. *Lenguaje, poder e identidad*. Trad. Javier Saéz y Beatriz Preciado, Madrid, Síntesis, 2004.
- _____. *Bodies in Alliance and the Politics of the Street*. Transversal, October 2011.
- _____. *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembléia*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CAMERON, Deborah. Verbal hygiene. 4. edição, London, Routledge, 2003.
- CORRÊA, Lays Matias Mazoti. O Cosmopolitismo-Caipira de Cornélio Pires: Rebatidas de um Intelectual Genuinamente Paulista. Tese em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2017.
- CAREIRRÃO, Bruno. *A Liberdade de Expressão versus o Politicamente Correto*. Trabalho de Conclusão em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CARVALHO, Mário Felipe de Lima. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e "tretas" na internet. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 1, abr. 2017, pp. 347-363. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100347&lng=en&nrm=iso>. Access on: 22 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p347>.
- DESLANDES, Keila. Sobre disputas anti-igualitárias e políticas públicas: mais argumentos para o debate. *Interface*, Botucatu, v. 23, 2019, Epub June 13. Disponível em:

- <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832019000100402&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- DUQUE, Tiago. Stonewall 40 + o que no Brasil?. COLLING, Leandro. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 40, June 2013, pp. 387-396. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-83332013000100015&lng=en&nrm=iso>. Access on: 3 apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/So104-83332013000100015>.
- FERREIRA, Dina Maria Martins; VACONCELOS, Marco Antonio. Discurso de memes: (Des)memetizando ideologia antifeminista. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 14, n. 2, abr./jun. 2019, pp. 44-61. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bak/v14n2/2176-4573-bak-14-02-0044.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- GAMSON, Joshua. ¿Deben autodesturise los Movimientos Identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael Manuel Mérida (Ed.) *Sexualidades Transgresoras – una antrología de estudios queer*. Barcelona, Icaria/Ausiàs Marc, 2002, pp. 141-172.
- HAMLIN, Cynthia; PETERS, Gabriel. Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres. *Lua Nova*, São Paulo, n. 103, apr. 2018, pp. 167-202. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-64452018000100167&lng=en&nrm=iso>. Access on: 20 apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-138/103>.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995, pp. 7-41.
- LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “Ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo”. In: *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 1, 2018, pp. 18-35. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12382>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer. *Labrys*, estudos feministas, n. 6, ago./dez. 2004.
- LUGARINHO, Mário César. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. In: *Revista Gênero*, v. 1, n. 2, 2001, pp. 33-40.
- MAIA, Gabriel Felten da; PIRES, Gabriela. As Transformações no Dispositivo da Transexualidade a Partir da Luta pela Despatologização. In: *XV Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, 2018, Santa Cruz do Sul. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2018, pp. 1-18.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. Rumo a uma teoria da midiatização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. In: *Texto*, 2019, pp. 16-34.
- MCRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, EDUFABA, 2011.

- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Aquele não mais obscuro negócio do desejo. In: PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Fundação Editora Perseu Abramo, 2008.
- MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos: notas sobre o declínio do essencialismo estratégico. In: COLLING, Leandro. *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Seminário Stonewall 40+, Salvador, 2010.
- _____. Nem sempre fomos queer, nunca fomos parte da nação. In: BENTO, Berenice; FELIX-SILVA, Antonio Vladimir (Org.). *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. 1a. ed. NATAL: EDUFERN, 2015. v. único. 433p
- _____. MEMORIAL apresentado à Comissão Especial de Avaliação para Promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior na Área de Sociologia/Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mimeo, 2020.
- MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo, n. 1 edições, 2018.
- MORATO, Edwiges; BENTE, Anna Christina. "O mundo tá chato": algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem. *Revista USP*, São Paulo, n. 115, out./nov./dez. 2017, pp. 11-28.
- OCHOA, Marcia. Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la 'localización'. In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 239-256.
- ORWELL, George. *1984*. São Paulo, Editora Nacional, 2003.
- PELÚCIO, Larissa. *O queer que a gente vê por aqui*. Palestra proferida durante o Seminário Internacional Desfazendo o Gênero 3. Campina Grande, Mimeo, 2017.
- _____. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil. *Periodicus*, Salvador, v. 1, n. 1, 2014.
- _____. O Cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Revista de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos*, n. 9, Printemps, 2016, pp. 123-136.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. In: *Revista Contemporânea*, v. 2, n. 2, 2012.
- POCAHY, Fernando. (Micro)políticas queer: dissidências em pesquisa. *Textura*, v. 18 n. 38, set./dez. 2016, pp. 08-25.
- PRECIADO, Beatriz. Terror Anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual. In: HOCQUENGHEM, Guy. *El deseo homosexual*. España, Ed. Melusina, S.L. 2009.
- REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. *Cad. Pagu*, Campinas, n.

- 53, e 185315, 2018. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200507&lng=en&nrm=iso>. Access on: 17 abr. 2020. Epub Oct 04, 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530015>.
- RÍOS, Paola. ¿Ser o estar “queer” en Latinoamérica? El devenir emancipador. In: LEMEBEL, Perlongher e arenas. *Revista ÍCONOS*, v. 39, 2011, pp. 111-112.
- RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, Letramento, Justificando, 2017.
- SAN MARTÍN, Rivas. Diga ‘queer’ con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate Latinoamericano. In: *Por un feminismo sin mujeres*. CUDS, Santiago de Chile, 2011, pp. 59-75.
- SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. In: *Projeto História São Paulo*. PUC - SP, 1998.
- SILVA, Hélio Ribeiro. *Travesti – A invenção do Feminino*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ ISER, 1993.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.
- STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. L&PM Editores, Edição do Kindle, 2018.
- WEINMANN, Amadeu de Oliveira; CULAU, Fábio Vacaro. Notas sobre o politicamente correto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2014, pp. 628-645.
- ZANOLI, ViniTcius Pedro Correia. *Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

Recebido em: 06/04/2020

Aprovado em: 14/04/2020

Como citar este artigo:

PELUCIO, Larissa e DUQUE, Tiago. “Cancelando” o cuier. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, jan.- abril 2020, pp. 125-151.

